



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

1. Apresentação do Poder Judiciário e das Demonstrações Contábeis

1.1. Do Poder Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), órgão integrante do Poder Judiciário estadual, nos termos do art. 92 da Constituição Federal de 1988, com sede na Comarca da Capital e jurisdição em todo território estadual, tem sua competência estabelecida no artigo 61 da Constituição Estadual do Estado de Pernambuco, assim como no artigo 26 do Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco (COJE).

Tem como atividade precípua a prestação jurisdicional, buscando solucionar os conflitos da sociedade de forma mais célere e acessível, contribuindo, assim, com a paz social.

No aspecto econômico-financeiro, o Poder possui duas unidades gestoras, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Fundo Especial de Reparelhamento e Modernização do Poder Judiciário (FERM-PJ), responsáveis pela operacionalização dos recursos orçamentário, financeiro e patrimonial.

1.2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público encontram-se em franco processo de implementação.

Esse processo, não obstante representar uma obrigação legal, consubstancia na necessidade da evidenciação real do patrimônio do ente, ou seja, seus ativos e passivos, propiciando visibilidade e transparência à sociedade destinatária da informação.

Nesse sentido, as demonstrações contábeis devem estar em consonância com os novos padrões de contabilidade, por serem o conjunto consolidado das informações econômicas, orçamentárias, financeiras e patrimoniais da entidade.

Assim, as Notas Explicativas foram elaboradas na seguinte ordem:

- ✓ Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis;
- ✓ Balanço Patrimonial;
- ✓ Demonstração das Variações Patrimoniais;
- ✓ Balanço Orçamentário;



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

- ✓ Balanço Financeiro;
- ✓ Demonstração de Fluxo de Caixa;
- ✓ Detalhamento da Movimentação das Fontes de Recursos.

2. Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As demonstrações são apresentadas na forma consolidada, de acordo com os critérios estabelecidos no MCASP – Parte V, 6ª edição. Agregam, portanto, os saldos da UGE 070001 – TJPE e da UGE 070002 – FERM-PJ, representando uma única unidade contábil, excluindo-se as transações recíprocas entre as unidades envolvidas, partindo das informações constantes no Sistema e-Fisco Financeiro, do Poder Executivo estadual.

Registre-se, por oportuno, que as demonstrações individualizadas, por unidade gestora do Poder, estão disponíveis no endereço <http://www.tjpe.jus.br/web/transparencia/contas-publicas/informacoes-do-exercicio-de-2016>.

Foram preparadas utilizando as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as orientações contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), 6ª edição, somadas às Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC), ambos publicados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Além disso, é observada a legislação vigente aplicada, dentre as quais destaca-se a Lei nº 4.320/1964 e a Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.)

2.1. Sumário das Principais Práticas Contábeis

2.1.1 Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

2.1.2 Créditos e Dívidas

Os direitos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os direitos inscritos a título de dívida ativa são atualizados mensalmente e este acréscimo é levado para conta de resultado. As obrigações relativas a cauções em pecúnia são atualizadas mensalmente, aumentando a respectiva obrigação. Em conformidade com o MCASP, está sendo registrado o ajuste para perdas desde 2015, calculado da seguinte forma:

Demonstrativo do Cálculo do Percentual de Recebimentos do Ajuste para Perdas			
Descrição	2014	2013	2012
Créditos Recebidos no Exercício	a1	a2	a3
Soma dos Saldos Mensais dos Créditos a Receber	b1	b2	b3
Média Anual de Saldos Mensais	$c1=b1/12$	$c2=b2/12$	$c3=b3/12$
Média Ponderada de Recebimentos	$d1=a1/c1*100$	$d2=a2/c2*100$	$d3=a3/c3*100$
Média Percentual de Recebimentos dos Três Últimos Exercícios	$e= (d1+ d2+ d3)/3$		
Ajuste para Perdas	$f=100-e$		

2.1.3 Estoques

Os bens são registrados com base no valor de aquisição/produção. Por sua vez, o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei 4.320/1964.

2.1.4 Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado com base no valor de aquisição, produção ou construção, e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor patrimonial é o definido nos termos da doação ou o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico.

No contexto de implantação das NBCASP, alguns procedimentos iniciais estão sendo realizados, seguindo cronograma informado ao Tribunal de Contas do Estado-TCE, bem como orientações específicas contidas no MCASP, dentre as quais, destaca-se que a entidade “deve reconhecer os efeitos do reconhecimento



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

inicial dos ativos como ajuste de exercícios anteriores no período em que é reconhecido pela primeira vez de acordo com as novas normas contábeis (...). Tal fato impacta na evidenciação do balanço patrimonial e na demonstração das variações patrimoniais do exercício, reflexo das diversas ações realizadas.

Bens Móveis

Os bens estão reconhecidos a valores históricos. Os procedimentos de avaliação estão em processo de discussão na instituição. O inventário inicial foi concluído em 2015, com reflexos na conta de ajustes de exercícios anteriores naquele exercício, dentro do contexto de adoção inicial das normas. Em 2016, o inventário foi concluído regularmente pela unidade responsável.

Bens Imóveis

Em 2016, foi dada continuidade ao trabalho de avaliações dos bens imóveis pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), baseado em mapeamento concluído no início de 2016 pela Diretoria de Contabilidade dos imóveis administrados pela área de patrimônio do Poder. O levantamento considerou a documentação existente no setor de patrimônio e na referida diretoria, em razão das limitações do sistema de gestão patrimonial. Essas avaliações vêm refletindo em diversos registros contábeis de ajuste e reconhecimento de bens imóveis, com impacto na conta de ajuste de exercícios anteriores por estarem contempladas no contexto de adoção inicial das normas.

Em observância ao conceito de ativo imobilizado contido no MCASP, os bens até então avaliados pelo setor de engenharia, cuja propriedade não é do TJPE, mas os riscos, benefícios e controle foram identificados como sendo do Poder e incorporados ao patrimônio deste.

2.1.5 Intangível

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado com base no valor de aquisição ou de produção, e em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação. No caso deste Poder, corresponde especificamente a softwares. O método de mensuração é o de custo ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

2.1.6 Depreciação e amortização

A depreciação representa a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência. Em 2016, houve o reconhecimento deste fenômeno inicialmente apenas para os bens imóveis já avaliados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA), além de um imóvel cedido pelo TCE. O cálculo vem sendo realizado em planilha Excel, em virtude das limitações do atual sistema de gestão patrimonial. Para os bens móveis, ainda não foi implementada, pois depende de uma série de fatores, como por exemplo, da definição dos procedimentos para avaliação do acervo de mais de 200.000 itens, assim como quanto ao uso efetivo da ferramenta PE-Integrado.

A amortização, por sua vez, é realizada para bens incorpóreos registrados como ativo intangível. A causa que influencia a redução do valor do ativo é a existência ou exercício de duração limitada, prazo legal ou contratualmente limitado. No TJPE, o registro de amortização foi iniciado em 2012, efetuada também em Excel, pelas mesmas limitações anteriormente citadas. Anualmente, ocorre revisão do tempo de vida útil pela Secretaria de Tecnologia e Comunicação - SETIC, conforme determina o MCASP, com a finalidade de manter a adequada evidenciação desses bens.

2.1.7. Receitas e Despesas Orçamentárias

As receitas são reconhecidas quando arrecadadas e as despesas quando empenhadas, ambas pelo seu valor nominal, classificadas em conformidade com a Parte I e Anexo do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), editado pela STN, que trata dos aspectos orçamentários.

3. Balanço Patrimonial

Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais registrados em contas de compensação, conforme definição contida no MCASP.

Em atenção ao disposto no MCASP e na IPC 04, Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial, os seguintes quadros foram elaborados:

- ✓ Quadro do Balanço Patrimonial – MCASP
- ✓ Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964
- ✓ Quadro do Superávit/ Déficit Financeiro – Lei nº 4.320/1964



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

3.1. Quadro do Balanço Patrimonial - MCASP

Nota 1 – Caixa e Equivalente de Caixa – Compreende os valores disponíveis, em moeda nacional, conforme detalhamento abaixo:

Descrição	2016	2015
Conta Única	329.331,84	157.096,12
Contas Movimento	338.492,70	2.352.750,44
CDB/RDB	92.577.575,28	246.582.952,91
Fundos de Aplicação Financeira	208.087.249,70	69.762.564,31
TOTAL	301.332.649,52	318.855.363,78

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Compreende os valores a receber por transações realizáveis no curto prazo, relacionados a adiantamento concedido a servidores relativo ao abono constitucional de férias recebido em dezembro para gozo em janeiro/17; créditos de apropriação indevida e encontro de contas de ex-servidores (créditos por danos ao patrimônio); créditos gerados por multas aplicadas a fornecedores (créditos por outros contratos); suprimento de fundos institucional; além de outros créditos a receber.

Esses créditos constam evidenciados no quadro a seguir.

Descrição	2016	2015
Abono Constitucional de Férias	7.066.116,27	6.028.147,29
Créditos a Receber de Ex-servidores	2.274.845,08	2.352.478,86
Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	3.774.308,26	232.021,84
Créditos a receber pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais	4.666.005,89	-
Suprimento de Fundos Institucional	24.158,98	27.191,44
Outros Créditos a receber	572.501,94	-
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Ex-servidores	(2.045.768,18)	(1.916.799,78)
(-) Ajuste para Perdas de Créditos a Receber de Fornecedores (multas contratuais)	(3.394.235,42)	(189.051,40)
TOTAL	12.937.932,82	6.533.988,25

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 3 – Estoques – Uma parte dos estoques, R\$ 7.080.952,54, é formada por materiais de consumo adquiridos e armazenados em almoxarifado gerenciado pela Diretoria de infraestrutura, para uso do Tribunal. O montante de R\$ 364.391,15 refere-se a materiais médicos e odontológicos armazenados em almoxarifado administrado pelo Centro de Saúde do PJPE. Assim, os estoques totalizam R\$ 7.445.343,69.

Nota 4 – VPD Pagas Antecipadamente – Pagamentos antecipados de variações patrimoniais diminutivas (VPD), detalhadas no quadro abaixo, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão até o termino do exercício seguinte.

Descrição	2016	2015
Prêmios de Seguros a Apropriar	160.536,08	168.747,44
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	33.980,19	27.344,37
TOTAL	194.516,27	196.091,81

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Créditos a Longo Prazo – O montante de R\$ 62.896,46 refere-se à expectativa de recebimento de créditos inscritos na Dívida Ativa não Tributária, realizáveis no longo prazo, relativos a multa contratual e valores recebidos indevidamente por ex-servidores, deduzido do ajuste para perda, calculado conforme metodologia explicitada no item 2.1.2.

Descrição	2016	2015
Créditos Inscritos em Dívida Ativa Não Tributária	948.664,55	779.574,36
(-) Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	(885.768,09)	(723.367,05)
Total	62.896,46	56.207,31

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Estoques – O saldo de R\$ 5.129.753,20 refere-se a bens classificados como inservíveis, conforme Relatório de Inventário de Bens Móveis do exercício, elaborado pela Diretoria de Infraestrutura. Estão classificados no realizável a longo prazo por terem perdido as características de imobilizado e por não haver expectativa para destinação desses bens no curto prazo.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 7 – Imobilizado – Composto por Bens Móveis e Imóveis, consoante detalhamento abaixo. Conforme exposto no item 2.1.4, há apenas o reconhecimento da depreciação dos bens imóveis já avaliados, bem como um imóvel cedido pelo TCE.

Descrição	2016	2015	Crescimento R\$
	(a)	(b)	(c) = (a – b)
Bens Móveis	221.782.587,86	200.951.138,43	20.831.449,43
Bens Imóveis	555.304.331,65	482.843.809,89	72.460.521,76
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(9.705.318,57)	-	(9.705.318,57)
Total	767.381.600,94	683.794.948,32	83.586.652,62

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Devido à relevância desse grupo, optou-se pela divisão da nota em 7.1 e 7.2, Bens Móveis e Imóveis, respectivamente, evidenciados abaixo.

Nota 7.1. Imobilizado - Bens Móveis – O saldo contábil de 2016, no montante de R\$ 221.782.587,86, reflete o valor apontado no inventário anual, realizado pela Diretoria de Infraestrutura, conforme detalhado no quadro a seguir.

Descrição dos Bens	2016	2015
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	45.810.941,51	40.877.299,43
Bens de Informática	97.751.455,68	86.492.493,99
Móveis e Utensílios	61.025.664,46	56.273.059,50
Materiais Culturais, Educacionais e de Comunicação	17.794,90	17.794,90
Obras de Arte e Peças para Exposição	79.268,80	78.378,80
Coleções e Materiais Bibliográficos	1.643.049,44	1.481.161,81
Veículos	15.454.413,07	15.730.950,00
Total	221.782.587,86	200.951.138,43

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7.2. Imobilizado - Bens Imóveis – Os bens encontram-se estruturados nos grupos abaixo, identificados individualmente.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Descrição dos Bens	2016	2015
Edificações em Geral	406.026.606,76	324.815.390,56
Terrenos sem Edificações	18.500.124,88	12.609.758,54
Terrenos com Edificações	79.637.743,02	65.112.268,02
Bens Imóveis - Obras em Andamento	46.478.222,06	76.950.160,57
Estudos e Projetos	413.266,76	212.073,95
Instalações	2.958.666,61	3.144.158,25
Bens Imóveis Cedidos por Terceiros	1.289.701,56	-
(-) Depreciação Acumulada de Bens Imóveis	(9.705.318,57)	-
Total	545.599.013,08	482.843.809,89

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Contudo, em que pese os avanços e os esforços despendidos, em especial diante do novo conceito do ativo imobilizado, as informações registradas na contabilidade do Poder ainda não refletem todo acervo imobiliário.

Os bens imóveis estão sendo avaliados pela área de engenharia, com data de conclusão inicialmente prevista no cronograma, até final de 2016, prorrogado até meados de 2018. Esse trabalho foi iniciado no final de 2013, com registros contábeis a partir de 2015. Como resultado, 56,95% dos imóveis do Poder já foram avaliados, restando 130 bens a serem mensurados pela engenharia.

Nota 8 – Intangível – Especificamente relacionado a software, encontra-se evidenciado pelo valor líquido, deduzido da respectiva amortização acumulada para aqueles com vida útil atribuída como definida, detalhado no quadro abaixo.

Detalhamento	2016	2015
Softwares em Uso	24.036.588,78	19.320.138,83
(-) Amortização Acumulada	(14.641.467,93)	(10.381.282,91)
TOTAL	9.395.120,85	8.938.855,92

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 9 – Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo – Compreendem as obrigações de férias, referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, e encargos a pagar, entre outros, com vencimento no curto prazo, evidenciados no quadro.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Descrição	2016	2015
Pessoal a Pagar (férias, abono constitucional e auxílio alimentação sobre férias)	74.972.090,64	48.979.211,19
Contribuição SASSEPE a Pagar	505.839,48	496.543,99
Encargo Patronal RPPS a Pagar	13.013.745,60	8.175.050,60
Encargo Patronal INSS a Pagar	804.684,17	792.121,44
Pessoal de Exercícios Anteriores ¹	33.792,85	26.197,72
TOTAL	89.330.152,74	58.469.124,94

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Obrigação referente a saldo remanescente da Parcela Autônoma de Equivalência – PAE atrasado devidos a magistrados.

Destaca-se que dentre as obrigações acima, R\$ 88.274.436,55 são valores decorrentes da apropriação de férias devidas a servidores e magistrados, conforme informação dos relatórios mensais gerados pelo sistema Universal RH, cuja classificação contábil é de passivo permanente, ou seja, que dependem ainda de execução orçamentária para o seu pagamento.

Nota 10 – Provisões a Curto Prazo – Reconhecimento de obrigação para com seus agentes públicos, oriundo de direitos legais relacionados a férias, incluindo os respectivos encargos, proporcionalmente ao período a que faz jus cada magistrado e servidor público.

Os valores registrados a esse título são transferidos em janeiro para o grupo de obrigações trabalhistas, detalhado na nota anterior, uma vez que a partir desse mês, os servidores e magistrados podem gozar um novo período aquisitivo de férias, conforme determinado pela legislação vigente.

O montante provisionado encontra-se detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2016	2015
Pessoal	111.906.131,78	101.750.951,28
Provisão de Férias Folha Pessoal da UG	79.802.870,14	72.471.789,44
Provisão de Férias - Abono Constitucional	26.536.446,62	24.157.569,41
Provisão do Auxílio Alimentação s/Férias	5.566.815,02	5.121.592,43
Encargos Sociais a Pagar	19.094.593,42	16.517.035,89
Provisão de Encargo Patronal ao RPPS – Ativo Civil	18.633.994,65	16.239.238,02
Provisão de Encargo Patronal ao INSS – Ativo Civil	460.598,77	277.797,87
Total	131.000.725,20	118.267.987,17

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 11 – Demais Obrigações a Curto Prazo – Compreende outras obrigações da entidade junto a terceiros, destacando-se as obrigações com FUNAFIN e impostos retidos, a recolher na época própria, conforme quadro.

Descrição	2016	2015
Contribuições FUNAFIN a Recolher	24.853.076,33	22.305.256,77
Contribuições Previdenciárias (RGPS) e Impostos Retidos	11.956.592,05	19.535.614,88
Demais Obrigações	1.983.280,71	3.531.185,65
TOTAL	38.792.949,09	45.372.057,30

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 12 – Resultados Acumulados – Compõe o Patrimônio Líquido - PL da entidade e encontra-se detalhado no quadro a seguir.

Descrição	2016	2015
Resultado do Exercício	(7.152.341,18)	26.453.534,94
Ajustes de Exercícios Anteriores	41.392.496,01	207.253.638,30
SUBTOTAL	34.240.154,83	233.707.173,24
Resultado de Exercícios Anteriores	802.517.445,99	568.810.272,75
TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO	836.757.600,82	802.517.445,99

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Detalhado na Demonstração das Variações Patrimoniais

Quanto aos ajustes de exercícios anteriores, o quadro a seguir elenca os fatos que determinaram tais registros.

Descrição	2016	2015
Avaliação de Imóveis	43.608.096,42	204.790.769,70
Depreciação - Adoção inicial	(4.024.494,14)	-
Doações recebidas	3.505.400,00	-
Provisões sobre folhas de pagamento	-	4.926.098,38
Inventário 2014	-	(670.460,26)
Ajuste patrimonial de despesas de exercícios anteriores cujo fato gerador ocorreu em exercício diverso	(961.201,36)	(1.691.624,22)
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	(735.304,91)	(101.145,30)
TOTAL	41.392.496,01	207.253.638,30

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

O montante de R\$ 43.608.096,42, relativo aos procedimentos de avaliação dos bens imóveis deste Poder, decorre do trabalho realizado pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA, conforme detalhado na NE 6.2. Destaca-se que os imóveis constantes na contabilidade estavam registrados pelo custo histórico e não refletiam sua realidade patrimonial, fato que persiste para algumas unidades imobiliárias, em razão da quantidade de imóveis que este Tribunal utiliza. Tal fato é considerado procedimento de adoção inicial, razão pela qual sua contrapartida foi lançada como ajuste de exercício anterior.

O valor de R\$ 961.201,36 reflete o valor das despesas de exercício anteriores que foram empenhadas em 2016, cujo fato gerador ocorreu em 2015 ou antes desse exercício, sem o correspondente registro da obrigação patrimonial.

Por fim, os demais ajustes de exercício anterior, evidenciado pelo valor negativo de R\$ 735.304,91, corresponde a soma de R\$ 54.141,46 e R\$ 684.669,87, referentes ao reconhecimento de passivo permanente de pessoal a pagar e retificação de erros decorrente de despesas realizadas que não foram processadas dentro do exercício em que ocorreu o fato gerador, respectivamente, deduzido do valor de R\$ 3.506,42 relativo a cancelamento de obrigações com fornecedor.

3.2. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes – Lei nº 4.320/1964

Nota 13 – Evidencia a composição patrimonial, segregada em ativo, passivo e patrimônio líquido, conforme estrutura determinada na Lei Federal nº 4.320/1964. O ativo e passivo são classificados em financeiro e permanente, os quais representam, respectivamente, a independência ou não de autorização orçamentária/legislativa.

É por meio desse quadro que pode ser calculado o superávit financeiro do exercício, ao comparar o ativo e passivo financeiros. Tal resultado é evidenciado em quadro próprio, tendo atingido em 2016 o montante de R\$ 254.641.279,92, conforme Nota 15.

3.3. Quadro das Contas de Compensação – Lei nº 4.320/1964

Nota 14 - Evidencia as contas representativas dos atos que possam vir a afetar o patrimônio, denominados atos potenciais do ativo e do passivo. Entretanto, ainda não há informações a esse título, especialmente aquelas relacionadas a garantias e contragarantias recebidas e direitos contratuais.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Em que pese a IPC 04 versar apenas a respeito de atos que possam vir a afetar o patrimônio, informa-se que há registros a partir de 2012 em outras contas de compensação, não contempladas neste demonstrativo, associadas ao controle financeiro das contas bancárias vinculadas a pagamentos de precatórios subordinados ao regime especial que não afetam o patrimônio do Tribunal, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 94/2016. As contas são de titularidade dos entes, administradas pelo Tribunal de Justiça.

Ente Devedor	Saldo Bancário em	
	31/12/2016	31/12/2015
Estado de Pernambuco	5.004.152,87	7.912.680,01
Municípios	22.297.117,09	12.701.394,70
Total	27.301.269,96	20.614.074,71

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

3.4. Quadro do Superávit Financeiro – Lei nº 4.320/1964

Nota 15 - O superávit financeiro representa a diferença positiva entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, sendo apresentado nesse quadro por destinação de recursos. Esse montante, quando positivo, representa fonte de recursos para abertura de crédito adicional no exercício seguinte, pois em sua essência, é sobra de recurso que pode ser utilizada futuramente, observadas as vinculações legais.

Superávit Financeiro - Fontes detalhadas	2016	2015	% Variação 2016/2015
	(a)	(b)	(c=a/b*100-100)
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	338.193,29	228.603,42	47,94%
Recursos Ordinários - Administração Direta	12.159.422,13	11.127.882,89	9,27%
FERM-PJ-Custas e Taxa Judiciais, Taxa Sobre Serviços Notariais ou Registrais- TSNR	164.077.886,65	192.255.551,99	-14,66%
FERM -PJ-Depósitos Judiciais	61.058.196,47	47.174.774,08	29,43%
FERM-PJ-PE Consig	428.926,26	282.955,22	51,59%
FERM-PJ-Biblioteca	25.547,27	25.547,27	0,00%
FERM-PJ-Outras Arrecadações	16.553.107,85	13.292.517,87	24,53%
TOTAL	254.641.279,92	264.387.832,74	-3,69%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

4. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

Evidencia as alterações ocorridas no patrimônio da entidade, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício, apurado através do confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, conforme definição do MCASP.

A DVP foi elaborada no modelo analítico, detalhando os subgrupos das variações patrimoniais em um único quadro, conforme previsão da IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais e do MCASP.

Conforme facultado pelo MCASP e IPC 05, a DVP não apresenta o Quadro de Variações Patrimoniais Qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas são aquelas decorrentes da execução orçamentária, que consistem em incorporação e desincorporação de ativos e/ou passivos, os quais não representam alteração quantitativa patrimonial. Em 2016, não houve fatos permutativos decorrentes da execução orçamentária.

Nota 1 – Transferências Intragovernamentais Recebidas - Correspondem a transações recebidas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores e bens.

Descrição	2016	2015
Duodécimos Recebidos	1.188.975.001,72	1.137.111.796,00
Bens Imóveis - Cessões Recebidas Intra OFSS	1.289.701,56	-
TOTAL	1.190.264.703,28	1.137.111.796,00

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Transferências Intergovernamentais Recebidas – Do total de R\$ 7.550.782,73, R\$ 3.705.542,73 compreende as doações de switch e equipamentos de informática realizadas pelo Conselho Nacional de Justiça. Além disso, R\$ 3.845.240,00 refere-se ao registro da cessão de um terreno no município de Petrolina para construção do fórum, cujas condições atendem ao conceito de ativo determinados nas normas de contabilidade.

Nota 3 – Ganhos com Incorporação de Ativos – No total de R\$ 45.400,35, referem-se principalmente às incorporações das devoluções de materiais de consumo requisitados pelos diversos setores do Tribunal para o almoxarifado.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 4 – Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas – Destacam-se as variações patrimoniais aumentativas relativas a receita pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, conforme detalhado no quadro abaixo.

Descrição	2016	2015
Receita pela Administração dos Depósitos Judiciais em Bancos Oficiais	46.689.418,47	31.388.586,92
Multas Administrativas	3.829.599,41	271.161,06
Ressarcimento de Despesa com Pessoal à Disposição	1.331.021,82	1.134.215,77
Outras Restituições	787.448,65	1.458.179,53
Demais Variações Patrimoniais Aumentativas	94.887,99	42.390,59
TOTAL	52.732.376,34	34.294.533,87

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Depreciação, Amortização e Exaustão – reconhecimento inicial da depreciação dos bens imóveis, realizada com base na vida útil constante nos pareceres técnicos elaborados pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura. O valor apresentado corresponde a depreciação atribuída ao exercício de 2016. A do período de 2013 a 2015, no montante de R\$ 4.024.494,14, foi registrada na conta de ajuste de exercícios anteriores.

Para a amortização, a SETIC tem determinado, com base em critérios técnicos, se a vida útil dos softwares adquiridos por este Poder é indefinida ou definida, estimando, neste último caso, o prazo de vida útil. Anualmente, é realizada revisão dos critérios estabelecidos, efetuados os ajustes, quando necessários.

Descrição	2016	2015
Depreciação de Bens Imóveis	5.680.824,43	-
Amortização de Intangível	4.692.727,72	4.370.952,74
Total	10.373.552,15	4.370.952,74

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 6 – Transferências Intragovernamentais Concedidas – Correspondem a transações realizadas entre unidades gestoras do Estado de PE, pertencentes ao orçamento fiscal e da seguridade social, relativas a transferências de valores, bens móveis e imóveis.

A redução do montante, em relação a 2015, justifica-se pela doação naquele exercício do antigo prédio do Jornal do Comércio (Rua do Imperador D. Pedro II, nº



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

346 e Rua Marquês do Recife, s/nº, bairro de Santo Antônio) para o Estado de Pernambuco, conforme Lei nº 15.243 de 19/03/2014, no valor de R\$ 4.000.000,00.

Descrição	2016	2015
Repasse Financeiros Concedidos	40.809.143,55	40.864.036,50
Bens Móveis - Doações Concedidas Para Outro Órgão	45.319,26	109.408,31
Bens Imóveis - Transferências Concedidas Para Órgão	-	4.000.000,00
Total	40.854.462,81	44.973.444,81

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 7 – Transferências Intergovernamentais Concedidas - O montante de R\$ 1.882.027,93 compreende a cessão ao Município de Palmares de um imóvel localizado naquele município.

Nota 8 – Transferências a Instituições Privadas – Do total de R\$ 3.205.756,62, R\$ 1.616.572,80, corresponde à despesa executada a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012. Além disso, R\$ 1.589.183,82 referem-se a doação de bens móveis inservíveis / antieconômicos.

Nota 9 – Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas – Refere-se ao registro de ajuste para perdas realizado na conta de créditos a receber, bem como na de dívida ativa não tributária, calculado com base na metodologia detalhada no item 2.1.2.

O quadro a seguir apresenta os valores registrados a título de ajuste para perdas dos créditos a receber e dívida ativa, cujos cálculos estão detalhados nas Nota 2 e 4 do balanço patrimonial, além dos valores desincorporados lançados neste grupo seguindo a estrutura do PCASP e Fisco, decorrentes, por exemplo, de revisão de cálculo e de multa aplicada, assim como de crédito recebido e não baixado quando da arrecadação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Descrição	2016	2015
Ajuste para Perdas em Créditos Não Tributários	3.334.152,42	2.105.851,18
Ajuste para Perdas em Dívida Ativa Não Tributária	162.401,04	723.367,05
Desincorporação de Outros Créditos Não Tributários	127.834,07	16.784,27
Desincorporação de Dívida Ativa Não Tributária	114,85	0,00
Total	3.624.502,38	2.846.002,50

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 10 – Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas – Destaca-se a despesa com auxílio alimentação e auxílio transporte para ajuda de custo aos voluntários do Poder Judiciário, conforme regulamentado na Resolução nº 191/2006, cujos valores estão detalhados no quadro abaixo.

Descrição	2016	2015
Auxílio alimentação para voluntários	498.610,00	1.428.490,00
Auxílio transporte para voluntários	213.690,00	612.210,00
Outras indenizações e restituições	995.985,32	202.152,64
Demais variações patrimoniais diminutivas	39.941,25	8.890,63
TOTAL	1.748.226,57	2.251.743,27

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

5. Balanço Orçamentário

Evidencia as receitas e as despesas previstas em confronto com as realizadas, conforme art. 102 da Lei nº 4.320/1964.

Apresenta as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra também as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício (dotação inicial mais os créditos adicionais abertos), as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

De acordo com o disposto no MCASP e IPC 07 - Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário, é composto pelos quadros:

- ✓ Quadro principal do Balanço Orçamentário – MCASP
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados
- ✓ Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar Não Processados Liquidados

Ressalta-se que por não ter ocorrido inscrição de Restos a Pagar Não Processados, tanto no exercício de 2016, assim como em 2015, não há informações a serem apresentadas a esse título.

Cabe esclarecer que o Balanço Orçamentário elaborado não contempla as transferências financeiras recebidas e concedidas, destacando-se aquelas recebidas a título de duodécimos do Poder Executivo, em virtude do disposto nas orientações do MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, conforme trecho abaixo:

"Os Balanços Orçamentários não consolidados (de órgãos e entidades, por exemplo), poderão apresentar desequilíbrio e déficit orçamentário, pois muitos deles não são agentes arrecadadores e executam despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos e realização de investimentos, sendo deficitários e dependentes de recursos do Tesouro. Esse fato não representa irregularidade, devendo ser evidenciado complementarmente por nota explicativa que demonstre o montante da movimentação financeira (transferências financeiras recebidas e concedidas) relacionadas à execução do orçamento do exercício."

Como consequência desse dispositivo, o Balanço consolidado do Poder apresenta um déficit, justificado na Nota 4.

Além disso, as colunas "Saldo" e "Saldo da Dotação", que historicamente foram apresentadas por valores iguais, no novo modelo não coincidem, em virtude das orientações contidas no MCASP que não considera o valor do déficit de previsão da receita no demonstrativo. O déficit deve ser informado apenas para a execução.

Nota 1 – Receita Tributária – A receita tributária compreende as receitas diretamente arrecadadas, relativas a Custas e Taxa Judiciais, bem como Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), sendo apresentada pelo seu valor líquido, conforme orientação da IPC 07. A receita tributária bruta arrecadada foi de R\$ 166.171.564,14, sendo deduzido o montante de R\$ 1.256.933,28, resultando numa receita tributária líquida de R\$ 164.914.630,86, correspondente ao



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

crescimento de 9,74% em relação ao exercício de 2015. As deduções da receita correspondem a restituições de recursos recebidos a maior ou indevidamente.

Descrição da Receita Tributária	Arrecadação por Exercício		
	2016	2015	% (2016/2015)
Custas Judiciais	53.539.587,67	43.661.215,56	22,63%
Taxas Judiciais	30.262.483,26	19.705.350,39	53,57%
Taxa de Serviços Notariais ou de Registro – TSNR	81.112.559,93	86.916.185,95	-6,68%
TOTAL	164.914.630,86	150.282.751,90	9,74%

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 2 – Outras Receitas Correntes – É impactada principalmente pela arrecadação da receita advinda da remuneração pela administração dos depósitos judiciais em bancos oficiais, cuja previsão orçamentária encontra-se no grupo de receita patrimonial. A divergência na classificação foi ocasionada por mudança no entendimento ainda no exercício 2014, ao considerar que os depósitos judiciais não constituem patrimônio deste Poder, não podendo ser classificada como receita patrimonial. Dessa forma, o montante arrecadado foi registrado no grupo de outras receitas correntes. Por esse motivo, os valores realizados em outras receitas correntes são bastante superiores ao previsto, enquanto no grupo de receitas patrimoniais ocorre o inverso.

Nota 3 – Total das Receitas – As receitas arrecadadas (realizadas) corresponderam a 102,5% das receitas previstas, representando um excesso de arrecadação no valor de 6.216.948,82, conforme evidenciado no quadro abaixo.

Previsão Atualizada	Receitas Arrecadadas	Saldo (Déficit de Arrecadação)
(a)	(b)	(c) = (b - a)
248.550.000,00	254.766.948,82	(6.216.948,82)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 4 – Déficit Orçamentário – É obtido pela diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O resultado deficitário, conforme evidenciado no quadro abaixo, decorre essencialmente das transferências financeiras advindas do Estado a título de duodécimos, as quais não são consideradas receitas orçamentárias neste Poder, vez que já foram computadas pela Secretaria da Fazenda na origem quando da arrecadação.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Receitas Realizadas	Despesas Empenhadas	Resultado da Execução
(a)	(b)	(c) = (a – b)
254.766.948,82	1.412.679.359,81	(1.157.912.410,99)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Caso o modelo da demonstração, elaborado pela STN, considerasse as transferências recebidas, o resultado apresentado seria superavitário no valor de R\$ 31.062.590,73.

Receitas Realizadas	Transferências Recebidas (Duodécimos)	Despesas Empenhadas	Superávit
(a)	(b)	(c)	(d) = (a + b - c)
254.766.948,82	1.188.975.001,72	1.412.679.359,81	31.062.590,73

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

Nota 5 – Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais) – O montante de R\$ 71.939.772,19 representa 27,21% do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2015. Esse valor foi utilizado como fonte para abertura de créditos adicionais (suplementares), no exercício de 2016.

Nota 6 – Dotação Inicial - Na Lei Orçamentária Anual de 2016, a dotação inicial da despesa quando comparada com o montante previsto da receita inicial encontra-se a menor em R\$ 1.170.084.000,00. Essa diferença decorre da destinação do valor a receber a título de duodécimo, no montante de R\$ 1.170.975.000,00, deduzido do valor de R\$ 891.000,00 destinado à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, que executará à medida em que, mensalmente, este Poder repasse 1% da arrecadação com Taxa sobre Serviços Notariais ou Registros (TSNR). Esta transferência ocorre em cumprimento ao § 3º, art. 27, da Lei nº 11.404/1994, que prevê a aplicação na Assistência Judiciária do Estado.

Previsão Inicial da Receita	Dotação Inicial da Despesa	Diferença
(a)	(b)	(c) = (a - b)
248.550.000,00	1.418.634.000,00	(1.170.084.000,00)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Adicionalmente, a diferença anteriormente citada não ocorre na visão do Orçamento Geral do Estado, quando comparada a receita prevista versus despesa fixada.

Nota 7 – Dotação Atualizada – Comparada à dotação inicial da despesa, houve um acréscimo de R\$ 49.939.772,19, resultante da equação abaixo demonstrada:

Dotação Inicial da Despesa	Suplementação por Superávit Financeiro	Cessão de Orçamento ¹	Suplementação (Recursos do Estado) ²	Dotação Atualizada da Despesa
(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a + b - c + d)
1.418.634.000,00	71.939.772,19	40.000.000,00	18.000.000,00	1.468.573.772,19

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

¹ Decreto nº 43.190/16, no cumprimento do disposto na Lei nº 15.648/2015, em favor da Secretaria de Defesa Social

² Decreto nº 43.160/16

Nota 8 – Despesas Empenhadas e Liquidadas – Atingiram o montante de R\$ 1.412.679.359,81, correspondendo a 96,19% das autorizações, representando uma economia na execução, saldo orçamentário não utilizado, da ordem de R\$ 55.894.412,38.

Dotação Atualizada da Despesa	Despesas Empenhadas	Saldo da Dotação
(a)	(b)	(c) = (a-b)
1.468.573.772,19	1.412.679.359,81	55.894.412,38

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

6. Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e os dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Os ingressos de natureza orçamentária e extraorçamentária especificam, respectivamente, as receitas do ente, as transferências financeiras recebidas, dentre estas, o duodécimo repassado pelo Estado, e os valores recebidos pertencentes a terceiros, como, por exemplo, cauções, consignações, retenções



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

de tributos, depósitos de diversas origens e os restos a pagar inscritos no exercício.

Os dispêndios orçamentários representam as despesas orçamentárias empenhadas. Já os dispêndios extraorçamentários são saídas de caixa relativas a devoluções de cauções, pagamento de consignações, retenções e restos a pagar, entre outros.

Nota 1 – Receita Orçamentária – Em conformidade com a orientação do MCASP e da IPC 06 – Metodologia para elaboração do Balanço Financeiro, a receita deve ser apresentada líquida de deduções. São tratadas como deduções da receita as restituições de Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR), recebidas a maior ou indevidamente evidenciadas abaixo.

Descrição	Receita Bruta	Deduções da Receita Orçamentária	Receita Orçamentária Líquida
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
Ordinária	8.700.518,16	-	8.700.518,16
Vinculada	247.323.363,94	1.256.933,28	246.066.430,66
Recursos do Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização	247.213.774,07	1.256.933,28	245.956.840,79
Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos	109.589,87	-	109.589,87
TOTAL	256.023.882,10	1.256.933,28	254.766.948,82

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

A fonte Recursos Provenientes da Alienação de Outros Ativos é contabilizada em fonte específica, em virtude da vinculação legal exigida na Lei Complementar nº 101/2000 (L.R.F.). Sendo assim, do montante de R\$ 109.589,87, R\$ 78.660,00 receita ingressada no FERM e R\$ 30.929,87 no TJ.

Nota 2 – Transferências Financeiras Recebidas – Referem-se ao valor recebido do Poder Executivo, a título de duodécimo, no valor de R\$ 1.188.975.001,72, composto por R\$ 1.170.975.000,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, somado a R\$ 18.000.000,00, resultante do Decreto nº 43.160/2016, e R\$ 1,72, recebidos a título de arredondamentos.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Nota 3 – Transferências Financeiras Concedidas – Compreendem o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015 e Decreto nº 43.190/2016, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como os repasses financeiros à Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, no valor total de R\$ 809.143,55 conforme previsto na Lei n 11.404/96.

Nota 4 – Saldo para o Exercício Seguinte – Através da análise comparativa, verifica-se a diminuição do resultado financeiro do exercício, no montante de R\$ 17.522.714,26, em relação ao saldo das disponibilidades existentes em 31/12/2015, reflexo do resultado orçamentário, bem como do fluxo da movimentação dos recursos extraorçamentários, inclusive transferências recebidas e concedidas.

Saldo Final 31/12/2016	Saldo Final 31/12/2015	Resultado Financeiro 2016
(a)	(b)	(c) = (a - b)
301.332.649,52	318.855.363,78	(17.522.714,26)

Fonte: Sistema e-Fisco Financeiro

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Elaborada pelo método direto, apresenta as entradas e as saídas de caixa classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, permitindo avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, além da análise da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

Na DFC é apresentado os fluxos de caixa extraorçamentários, inerente à execução orçamentária, provenientes do fato de a despesa orçamentária paga, evidenciada pelo sistema, ser contabilizada pelo seu valor bruto. Entretanto, a saída de caixa efetiva desses recursos ocorre em datas distintas, conforme data de pagamento aos credores e de recolhimento das respectivas retenções. Além disso, a movimentação de valores de terceiros, a exemplo de cauções, considerada extraorçamentária, não representa ingressos e dispêndios operacionais, de investimentos, tampouco financiamento. Tal sistemática está em conformidade com o disposto no MCASP, Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, item 6.5, que orienta ajustar o saldo da conta caixa e equivalentes de caixa quando há valores vinculados em sua composição.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

A DFC é composta por: a) Quadro Principal; b) Quadro de Receitas Derivadas e Originárias; c) Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas; d) Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função; e) Quadro de Juros e Encargos da Dívida.

Nota 1 – Transferências Recebidas – Representam as transferências financeiras recebidas, no montante de R\$ 1.188.975.001,72, para cobertura dos gastos classificados na fonte de recurso 101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro), advindo do Poder Executivo a título de duodécimos, composto por R\$ 1.170.975.000,00, previsto na Lei Orçamentária Anual – LOA, somado a R\$ 18.000.000,00, resultante do Decreto nº 43.160/2016, e R\$ 1,72, recebidos a título de arredondamentos.

Nota 2 – Transferências Concedidas – Representam o repasse financeiro ao Poder Executivo Estadual no valor de R\$ 40.000.000,00, conforme Lei nº 15.648/2015 e Decreto nº 43.190/2016, para aplicação em ações de ressocialização, repressão à criminalidade e combate à violência, bem como o montante de R\$ 809.143,59 transferido para a Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, para aplicação na Assistência Judiciária do Estado, conforme previsto na Lei n 11.404/96. Além disso, há a despesa paga a título de subvenção social em favor da Caixa de Assistência de Magistrados de Pernambuco (CAMPE), no montante de R\$ 1.462.741,43, visando à prestação de serviços médicos e odontológicos aos magistrados deste Poder e seus dependentes, conforme o Convênio nº 08/2012.

Nota 3 – Geração Líquida Extraorçamentária – Corresponde à movimentação de recursos extraorçamentários, representados principalmente pelo ingresso e pagamento de retenções e depósitos diversos, que resultaram em 2016 numa diminuição no saldo da conta Caixa e Equivalentes de Caixa de R\$ 7.218.595,48.

8. Demonstrativo da movimentação das Fontes de Recursos

Em atenção ao item 16 do Anexo VIII da Resolução TCE nº 36/2016, que trata da elaboração das Notas Explicativas, foram elaborados os quadros abaixo, por unidade gestora, referente a movimentação das fontes de recursos, contendo o saldo inicial da disponibilidade por destinação de recursos e respectivas entradas, saídas e saldo final.



Dados Consolidados

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – 2016

Discriminação	Fontes ¹							TOTAL
	101000000	121000000	124070001	124070002	124070003	124070004	124070005	
Saldo inicial 2016 (I)	11.127.882,89	228.603,42	192.255.551,99	47.174.774,08	282.955,22	25.547,27	13.292.517,87	264.387.832,74
Entradas (II)	1.197.675.519,88	109.589,87	192.116.685,35	51.641.505,83	194.992,91	-	3.260.589,98	1.444.998.883,82
Receitas	8.700.518,16	109.589,87	192.116.685,35	51.641.505,83	194.992,91	-	3.260.589,98	256.023.882,10
Duodécimos Recebidos	1.188.975.001,72	-	-	-	-	-	-	1.188.975.001,72
Saídas (III)	1.196.643.980,64	-	220.294.350,69	37.758.083,44	49.021,87	-	-	1.454.745.436,64
Restituição de Receita	-	-	1.256.933,28	-	-	-	-	1.256.933,28
Repasses Concedidos	-	-	40.809.143,55	-	-	-	-	40.809.143,55
Despesas Liquidadas	1.196.643.980,64	-	178.228.273,86	37.758.083,44	49.021,87	-	-	1.412.679.359,81
Saldo Final 2016 (IV) = (I + II - III)	12.159.422,13	338.193,29	164.077.886,65	61.058.196,47	428.926,26	25.547,27	16.553.107,85	254.641.279,92

Fonte: e-Fisco Financeiro

¹ Descrição das Fontes de Recursos utilizadas pelo Poder.

101000000-Recursos Ordinários – Administração Direta (Recursos do Tesouro)

121000000-Recursos Provenientes de Alienação de Outros Ativos

124070001-FERM-Custas e Taxa Judiciais, Taxa sobre Serviços Notariais ou Registrais (TSNR)

124070002-FERM-Depósitos Judiciais

124070003-FERM-PECONSIG

124070004-FERM-Biblioteca

124070005-FERM-Outras Arrecadações

Recife, 31/12/2016

Carleide Maria Bezerra
Contadora – CRC/PE-019946/O

Des. Leopoldo de Arruda Raposo
Presidente